

ACERVO
18

ICEDI - P. I. B.
DATA 23, 04, 93
COD. B2D 00011



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DAM
DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO - DOC
BRASÍLIA-DF - BRASIL

ÍNDIOS DO BRASIL

Nº 2

JUNHO, 1992

A MARCHA PARA O OESTE E OS ÍNDIOS DO XINGU (*)

*Leandro Mendes Rocha (**)*

Introdução

A Historiografia não dedicou muita atenção aos desdobramentos dos acontecimentos jurídico-políticos de 1930, no campo. Grande parte das obras referem-se principalmente aos acontecimentos relativos ao mundo urbano, sobretudo a aspectos como: burocratização dos sindicatos, legislação trabalhista ou mesmo a industrialização. Assim, o movimento de expansão em direção ao interior do país, conhecido como a "Marcha para o Oeste", ficou praticamente esquecido pela historiografia.

Neste artigo, apresentamos aspectos relativos à "Marcha para o Oeste" e suas consequências para alguns povos indígenas do Brasil Central. A escolha do tema "Marcha para o Oeste", prende-se à importância desta matriz ideológica para o conjunto da vida nacional nos anos 30/40. Esta proclamação marcou as diretrizes gerais da política de colonização do Governo Federal e, por consequência, da política indigenista para a região central do país.

A crise de 1929, e seu desdobramento político em 1930, faz com que as oligarquias cafeeiras cedam aos setores médios, que se aglutinam em torno do Estado e às oligarquias dissidentes, a tarefa de enfrentar a crise econômica e de levar adiante as reformas estruturais que a sociedade necessitava. A instauração do Estado Novo (1937), vai intensificar esse processo. Nos centros urbanos,

(*) Este trabalho é parte de um projeto maior que visa a elaboração de uma tese de doutoramento a ser defendida na Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle.

(**) Pesquisador do Departamento de Documentação da FUNAI

Leandro Mendes Rocha. A Marcha para o oeste e os índios do Xingu

ocorre a incorporação política do proletariado via burocratização dos sindicatos, dando origem à formas de colaboração de classes, sob a direção do Estado paternalista, com base na ideologia nacionalista e na mobilização populista. Para o campo, o "Estado de Colaboração Nacional"¹ anuncia a "Marcha para o Oeste".

Nos anos 30, com o nacionalismo incorporado à ideologia do regime, cabia ao Estado, tomar as medidas para que o Brasil incorporasse as "riquezas do seu interior" em sua "caminhada para o futuro". Com efeito, 1930 representa uma mudança fundamental do Estado, que assume novos papéis visando a modernização do país. A partir desta data, ocorre um fortalecimento generalizado em todos os ramos de atividades e nos níveis de intervenção política e econômica.

Alguns cientistas sociais destacaram que a mobilização populista, implantada a partir de 1930, teria deixado intocada a estrutura agrária tradicional, fato que poderia ser interpretado como uma contradição com a idéia de transformação das velhas estruturas conforme a pregação populista.² Talvez tenha-se deixado de dar a devida atenção ao fato de que a "Marcha para o Oeste" pudesse ter sido a resposta do populismo ao sistema agrário tradicional, uma resposta sem confrontação.

"...A marcha para o Oeste, analogamente 'a industrialização, foi de certa forma concebida como uma possibilidade de flanquear o sistema pelo outro lado".VELHO(1976, p.150)

A "Marcha para o Oeste" coincide com outros acontecimentos importantes. Nos anos 40, devido ao esforço de guerra, o governo americano garantiu o apoio material necessário para que o Brasil promovesse o reaparelhamento da Força Aérea Brasileira-FAB e da aviação civil. O resultado, foi um rápido incremento da utilização da aviação pelo Estado brasileiro, dotando-o de meios necessários para a consecução de projetos, como o da exploração das regiões centrais e amazônicas.

1. Ver MORAGA (1977)

2. Esse aspecto é estudado por VELHO (1976), que alerta para as lacunas existentes na historiografia sobre o campo no período pos-30. Também LENHARO (1988)ressalta questões da ação do Estado autoritário no campo analisando Marcha para o Oeste em seus diversos ângulos.

Na saudação ao povo, pronunciada em 31.12.37, o Presidente Vargas conclamou os brasileiros a participar de uma nova cruzada:

"O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste. No século XVIII, jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial."
VARGAS Apud LENHARO (1984, p.7 e 8).

Segundo o Presidente da República, o Brasil era uma "unidade política", mas não uma unidade econômica:

"Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem de todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Dessse modo, o programa de "rumo ao oeste" é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras" VARGAS Apud VELHO (1975, p.148).

A política para o campo, posta em prática no período pós-30, sobretudo a partir do Estado Novo, baseava-se na idéia de "resolver" os problemas que já se faziam sentir no Nordeste orientando as "correntes migratórias" para novas áreas estabelecidas pelo Estado, garantindo assim, seu programa trabalhista para o meio urbano. No dizer de Lenharo:

Leandro Mendes Rocha. A Marcha para o oeste e os índios do Xingu

"...De um lado, tinha-se em mente "resolver" os problemas particulares do nordeste através do esvaziamento dos conflitos sociais por meio da orientação das correntes migratórias para novas áreas de colonização; de outro lado, tinha-se em mente regularizar o abastecimento urbano das grandes centros através de produção das novas áreas colonizadas e, deste modo, assegurar o que parecia mais premente ao Estado naquele momento: o seu programa social de política de trabalho".LENHARO (1986, p.14).

O Estado Novo, fruto de uma Formação Social de Transição entre a Formação Social Exportadora e a Formação Social Industrial Dependente,³ segue assim, uma tradição da história do Brasil, ao estabelecer um compromisso de forma a não atacar diretamente a ordem tradicional no campo. Os esforços governamentais voltam-se principalmente para o setor urbano, através do apoio à burguesia industrial emergente, no processo de aceleração da industrialização, investindo maciçamente na infra-estrutura do país. Entretanto, tal fato não significa que o campo ficou totalmente imune as mudanças verificadas no país, que este tenha escapado a ação do Estado. Através da "Marcha para o Oeste", o Estado Brasileiro reservou ao campo uma política de interiorização que significou o não afrontamento direto com o latifúndio. Como justificativa para esse processo de interiorização, o Estado lançou mão da imagem mítica da "Marcha para o Oeste" e de ações como a Expedição Roncador Xingu/Fundação Brasil Central.

Do acima exposto, resta-nos esclarecer uma questão importante, ou seja, estabelecer, a relação entre a "Marcha para o Oeste", concretizada através da Expedição Roncador Xingu/ política de colonização, e a política indigenista do período. Acreditamos, como pretendemos demonstrar a seguir, que existe uma relação estreita entre estas ações estatais. As novas "colônias agrícolas nacionais" deveriam localizar-se entre as áreas vazias e as ocupadas, objetivando "cercar" estas últimas com uma proposta de colônias cujas bases são as pequenas propriedades utilizando-se do sistema de cooperativas. LENHARO (1986, p.15). Entretanto, para estabelecer esse "cinturão", necessário se fazia, um movimento de expansão dirigida para as "franjas" das regiões de ocupação mais antiga, como o sudeste e o nordeste. Assim, ficam inteligíveis os mecanismos da "Marcha para

3. Ver MORAGA Op. Cit.

o Oeste" que através de ações como a organização da Expedição Roncador-Xingu, objetivava a longo prazo, o estabelecimento de colônias, de núcleos de povoamento no Xingu, território tradicional de vários grupos tribais. Trata-se de um exemplo de medidas que podem ser vistas como precursoras de políticas mais recentes do Estado autoritário implantado em 1964 (vide transamazônica, Carajás, etc.). Essa intervenção do Estado no centro-oeste e na amazônia obrigou-o a proceder a mudanças na política indigenista destas regiões, intensificando por exemplo, as expedições de "pacificação", os contatos com grupos indígenas como os xavante, juruna, kamairá, etc

1. A Ideologia Justificadora da Marcha

Nos anos 30/40, ocorre um grande debate ideológico no Brasil. Alguns dos participantes do debate, desempenharam importante papel na difusão do pensamento autoritário brasileiro. Tais pensadores buscavam a legitimação do "Estado Novo (1937-1945) e do capitalismo autoritário ⁴ que sobreviveu à redemocratização (1945).

Com a instauração do novo regime, ocorre um processo de burocratização da intelectualidade, através de um esforço coordenado de homogeneização dos discursos do poder. Entre os ideólogos do regime, destaca-se Cassiano Ricardo que, juntamente com outros intelectuais, formava "um grupo selecionado de teóricos" que operava junto ao presidente da república, garantindo assim, a "verdade doutrinária do regime". LENHARO (1986, p.54).

4. VELHO (1976) distingue diferentes tipos de desenvolvimento capitalista. Na sua opinião, todo caso de desenvolvimento de capitalismo "...é num certo sentido peculiar e único (...) a versão autoritária do capitalismo desenvolveu-se naqueles países que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia. Ao mesmo tempo, essa não-existência duma burguesia forte relacionou-se, ao nível econômico, com um atraso relativo desses países com respeito ao progresso inaugurado pelas burguesias capitalista que tendiam a dominar a cena mundial. E como um atraso relativo desses países que se lançaram à frente, dum processo de modernização e transformação da sociedade a fim de não submergir (...)O capitalismo autoritário - ou mais rigorosamente, o capitalismo com dominância autoritária - é o herdeiro direto de sistemas de repressão de força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interveniente. VELHO (1976; p. 42-43).

Leandro Mendes Rocha. A Marcha para o oeste e os índios do Xingu

"Esses intelectuais agiam como autênticos mediadores simbólicos entre o Estado e o social; tratavam-no de modo a decompô-lo em partes iguais e harmônicas, confeccionando, a partir dessa operação, um todo único e compreensível. Fundamentalmente, deslocavam o real do plano do abstrato para o sensível, convertendo a sua inteligência numa operação visualmente agradável, colorida, sonora, emotiva, sentida, espetacular...". LENHARO (1986,p.54).

Com efeito, a partir dos anos 40, a idéia de uma nação em marcha incorpora-se nos discursos do Estado, desde a fala presidencial até um simples documento administrativo. Cassiano Ricardo, seu ideólogo, membro destacado do Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP⁵, conscientemente, assume o papel de narrador de um mito, ou na melhor das hipóteses, de narrador de uma nova versão do mito do bandeirante.

"...a bandeira transpõe o domínio da história e confunde-se com o mitológico... o mundo mecânico de hoje assentimental e anti-humano, agrava em nós a tendência para colocar a bandeira no mundo mitológico. Com isto, ela adquire uma nova força em nosso dinamismo coletivo. O "efêmero" do fato histórico passa ao eterno da legenda. Talvez porque o mito seja a "imagem" que, na história, adquire a força de um símbolo... E ainda hoje, é o próprio chefe da nação quem, ao falar de uma nova Marcha para o Oeste, tem o cuidado de dizer que ... não se trata de uma imagem. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária transpor o planalto e retomar o caminho dos pioneiros que plantaram no coração do continente, uma vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais. RICARDO (1942, p.28/29).

Utilizando-se de técnicas da propaganda e de conteúdos do conservadorismo romântico e catolicismo pietista - este último já disseminado na cultura nacional -, Cassiano Ricardo instrumentaliza um itinerário mítico que apresenta um processo de continuidade que vai das bandeiras paulistas ao Estado

5. O Departamento de Imprensa e Propaganda teve um importante papel como irradiador da ideologia oficial do regime, através da utilização de técnicas de propaganda de massa.

Novo à bandeira moderna. A bandeira⁶ é a origem do novo regime político, é a base da nacionalidade, pois, como o Estado Novo vanguardista, criou uma "comunidade imune a diferenciações sociais". As bandeiras assim como o Estado Novo, possuíam chefes que as conduziam de maneira firme - a bandeira, um Anhangüera; o Estado Novo, Getúlio Vargas. Cassiano Ricardo articula de maneira hábil estes ingredientes, forjando a imagem da nação em movimento à procura de sua integração, seu acabamento, em desenvolvimento, da interiorização, enfim, do "progresso" e da "modernidade". Partindo do pressuposto de que o brasileiro gosta de imagens, apresenta através de sua obra, imagens pré-fabricadas, como por exemplo, uma "revisitação do Eldorado". LENHARO (1986).

É o Brasil que toma posse de suas riquezas naturais ignoradas, é o Brasil se integrando para formar uma nação plena e, "naturalmente", harmoniosa. Concebida como um movimento de conquista e expansão da nação através da idéia da participação de todos os brasileiros neste movimento. A marcha que possibilitaria o encontro do Brasil selvagem, atrasado, do interior; com o Brasil moderno, do litoral.

"O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontravam vedados. O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a idéia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente, se sentissem co-proprietários do território nacional".
LENHARO (1986, p.15).

Desta forma, dava-se aos cidadãos a sensação de participação como uma forma de fazer com que realizassem no nível das sensações, aquilo que o Estado Novo lhes negava na prática. No dizer de Lenharo, o Estado Novo:

"...nunca se entusiasmou por disseminar uma participação política e ativa das massas; voltou-se muito mais para bloquear e impedir esse tipo de manifestação por parte de seus adversários. Entretanto, também ... todo um esforço foi concentrado para que fosse obtida

6. Bandeira é o termo utilizado para expedições organizadas principalmente no sec. XVIII, que partiam normalmente de São Paulo em direção ao interior do país em busca de ouro e de escravos índios.

Leandro Mendes Rocha. A Marcha para o oeste e os índios do Xingu

uma participação eficiente das massas através de canais não-convencionais de adesão, que passavam preferencialmente pela exploração de formas inconscientes de desejo e de identificação". LENHARO (1986, p.53).

2. A concretização da "Marcha para o Oeste": A Expedição Roncador-Xingu/Fundação Brasil Central

No embalo dos acontecimentos externos e internos - instauração do Estado Novo (1937-1945) e esforço de guerra - e com base na ideologia da "Marcha para o Oeste", foi organizada a Expedição Roncador Xingu (**Portaria nº77 de 3 de junho de 1943, da Coordenação de Mobilização Econômica**). Neste documento, são apresentadas as metas oficiais da expedição: a criação de vias estratégicas de comunicação com o Amazonas através do interior do país, e a necessidade da exploração e de povoamento do maciço central do Brasil, nas regiões da cabeceira de rio Xingu. Inicialmente, foi previsto o estabelecimento de um núcleo de colonização no rio das Mortes e outro na serra do Roncador, cuja meta inicial, era o assentamento de no mínimo 200 famílias, por ano. O Plano da expedição previa ainda a construção de inúmeras pistas de pouso que serviriam de apoio às ações estatais na região, e principalmente, à navegação de longo curso na rota aérea Rio-Manaus.

Quatro meses após a organização da expedição e, tendo em vista a necessidade de ampliar as ações do Estado na região, é criada a Fundação Brasil Central-FBC (**Decreto-Lei nº 5878 de 4 de outubro de 1943**).

"Art 1º - É o Governo Federal autorizado a instituir, com o patrimônio próprio, uma fundação, denominada "Fundação Brasil Central destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental ..." (Decreto-Lei nº 5878 de 4.10.1943).

Segundo os Estatutos aprovados em 1944, a FBC tinha poderes para:

- 1 - Promover e colonização, administrar as atividades econômicas e sociais, e estabelecer os serviços públicos julgados necessários.
- 2 - Explorar as riquezas naturais do solo e do subsolo, bem como a força hidráulica. (**Art. 7 do Estatuto da FBC**).

Através da FBC, o Estado se implantou de forma mais efetiva na região central, instalando escolas, hospitais; contruindo e conservando rodovias; incentivando a produção econômica. Com o apoio estatal, foram criadas empresas que tinham o papel de incentivar o desenvolvimento econômico do centro-oeste brasileiro: 1 - A Central Sul-Goiana S.A., encarregada de produzir açúcar de cana - produto extremamente caro na região. 2 - Entrepósitos Brasil central Ltda e Transportadora Amazonas S.A., encarregados de fazer transporte de produtos importados a preços mais baixos. Os objetivos modernizadores, fruto da ideologia autoritária típica do Estado Novo - onde a organização das relações de trabalho ocupava papel de destaque - eram óbvias. Silo Meireles um dos dirigentes da Fundação Brasil Central, assim comentou a importância da construção da Usina de Açúcar Central Sul Goiana.

"... a Usina será poderoso centro propulsor da vida, progresso e cultura. Inúmeros outros, empreendimentos logo surgirão, estão já surgindo à margem dela. Olaria, fundição, serraria, carpintaria e oficinas mecânicas - instrumentos de difusão diária de conhecimentos técnicos, de formas modernas de trabalho e associação, ignorados até hoje por aquelas paragens. Laboratório de pesquisa, álcool-motor, caminhões e tratores, aproveitamento de quedas d'água, experimentações agrônômicas, luz elétrica, cinema, rádio e escolas, serviço de malária, assistência médica e hospitalar - tudo isso é luz que se projetara intensa sobre a consciência de homens e mulheres, velhos e crianças secularmente condenados à idiotia insondável do latifúndio pastoril ... E essa luz civilizadora quem a irradia é a Central Sul Goiana em seu duplo papel de fábrica e escola ao mesmo tempo ..." .SILO MEIRELES (1960, p.94).

2.1 A Expedição

Não por acaso, os preparativos da Expedição Roncador-Xingu, previam que a mesma deveria partir de São Paulo. Pretendia-se, assim, refazer simbolicamente o itinerário das antigas bandeiras. O início oficial da Expedição deu-se através de uma cerimônia de cunho religioso na Basílica de São Bento, o

Leandro Mendes Rocha. A Marcha para o oeste e os índios do Xingu

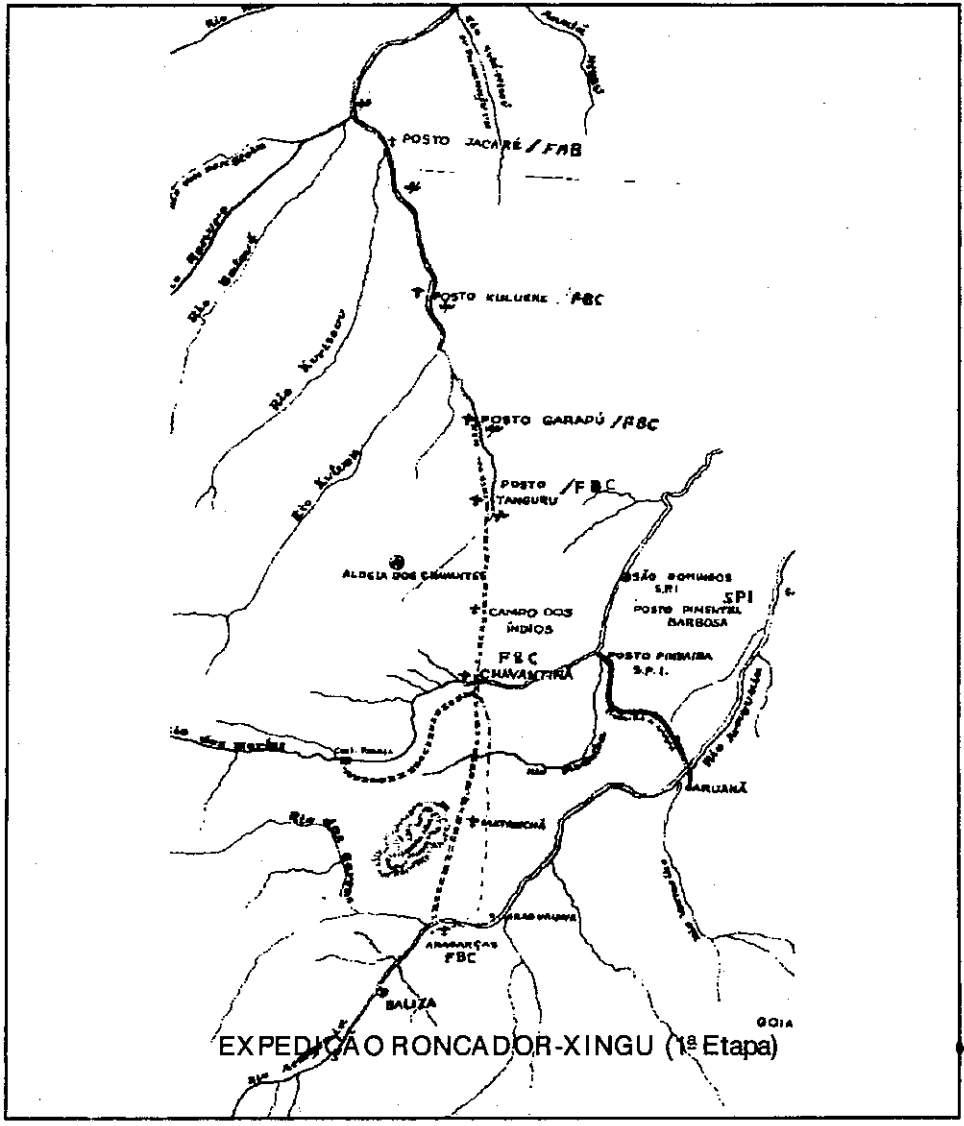
mesmo local onde, segundo a tradição, os bandeirantes paulistas recebiam as bênçãos antes de partirem rumo ao "oeste indomado".

O primeiro grupo de expedicionários compunha-se de 31 pessoas sob a chefia do Cel. Vanique. Além dos trabalhadores braçais, a equipe contava com 1 médico, 2 rádio-telegrafistas, 1 farmacêutico e 1 padre. Para apoio logístico da expedição, a Força Aérea atuou de forma destacada, utilizando-se de pequenos aviões de observação e ligação, assim como de aviões anfíbios, conhecidos como "Catalina", e de transporte, tipo Douglas DC3.

A Expedição partiu, inicialmente, em direção ao rio das Mortes, território dos índios xavante, grupo até então arredio ao contato. Em fins de 1944, o primeiro grupo atingiu as margens do rio das Mortes, a 300 Km do ponto inicial da "marcha". Devido à necessidade de cruzar o território xavante e de outros grupos indígenas, a FBC foi obrigada a procurar um acordo de cooperação com o SPI. Através deste acordo, a FBC objetivava "neutralizar" os xavante. Para atingir esse objetivo, o SPI reforça as atividades de contato com os xavante através dos Postos Indígenas Pindaíba, Pimentel Barbosa e São Domingos. (ver mapa1)

Os resultados desse trabalho conjunto não se fizeram tardar: em 6 de Agosto de 1946, o SPI consegue contato definitivo com os xavante. Estes, talvez pressentindo a dificuldade de continuar fugindo ao contato - como faziam desde o séc. XIX, quando uma parcela do grupo chegou a viver pacificamente aldeada sob a supervisão de missionários capuchinos - e, tendo em vista os constantes sobre-voos de suas aldeias realizados pela FAB, em missão de apoio, optaram pelo contato com as turmas de "pacificação" do SPI. O acordo previa ainda uma divisão dos trabalhos indigenistas entre as duas agências: a FBC se ocuparia dos grupos afetados mais diretamente pela Expedição e o SPI, dos demais.

Os anos de 1944/45 marcaram uma intensificação dos trabalhos da FBC. A partir da cidade de Uberlândia, no chamado "triângulo mineiro", até a cidade de Aragarças, em Goiás, estenderam-se ações da Fundação, que gradativamente penetrava em direção ao rio Xingu e ao Tapajós. Paralelamente aos esforços de "desbravamento" iniciados pela ERX, o Estado aumenta sua presença em atividades variadas como aquelas relacionadas à assistência médico-hospitalar, educação, comunicações rodoviária e, sobretudo, aeroviárias. No âmbito das comunicações aeroviárias, foram construídos numerosas pistas de aterrissagem nos estados de Minas Gerais e Goiás (Uberlândia, Rio Verde,



Mapa 1

Leandro Mendes Rocha. A Marcha para o oeste e os índios do Xingu

Caiapônia etc.). Outros campos de pouso foram construídos nas novas "regiões conquistadas" pela ERX como Tanguro, Garapu dos índios e Jacaré na confluência do Xingu com o Culuene.

Em maio de 1945, o presidente Vargas faz uma visita ao acampamento da Expedição, onde foi saudado como o "símbolo vivo da Marcha para o Oeste" que naquele dia veio "ver de perto como o Brasil toma posse de si mesmo" (*Discurso do Cel. Vanique em 24.06.45 Apud Passos Oliveira; 1976*). Ainda no ano de 1945, a ERX teve alguns problemas internos causados pela rígida disciplina militar imposta aos seus componentes, fato que provocou deserções e, conseqüentemente, problemas relativos à segurança frente à presença dos índios xavante.

"Com as deserções, o sistema de defesa do acampamento ia-se enfraquecendo, enquanto os índios xavantes já rondavam nas imediações e, os trabalhos diminuam de ritmo e conseqüentemente, de produção". PASSOS DE OLIVEIRA (1976, p.37).

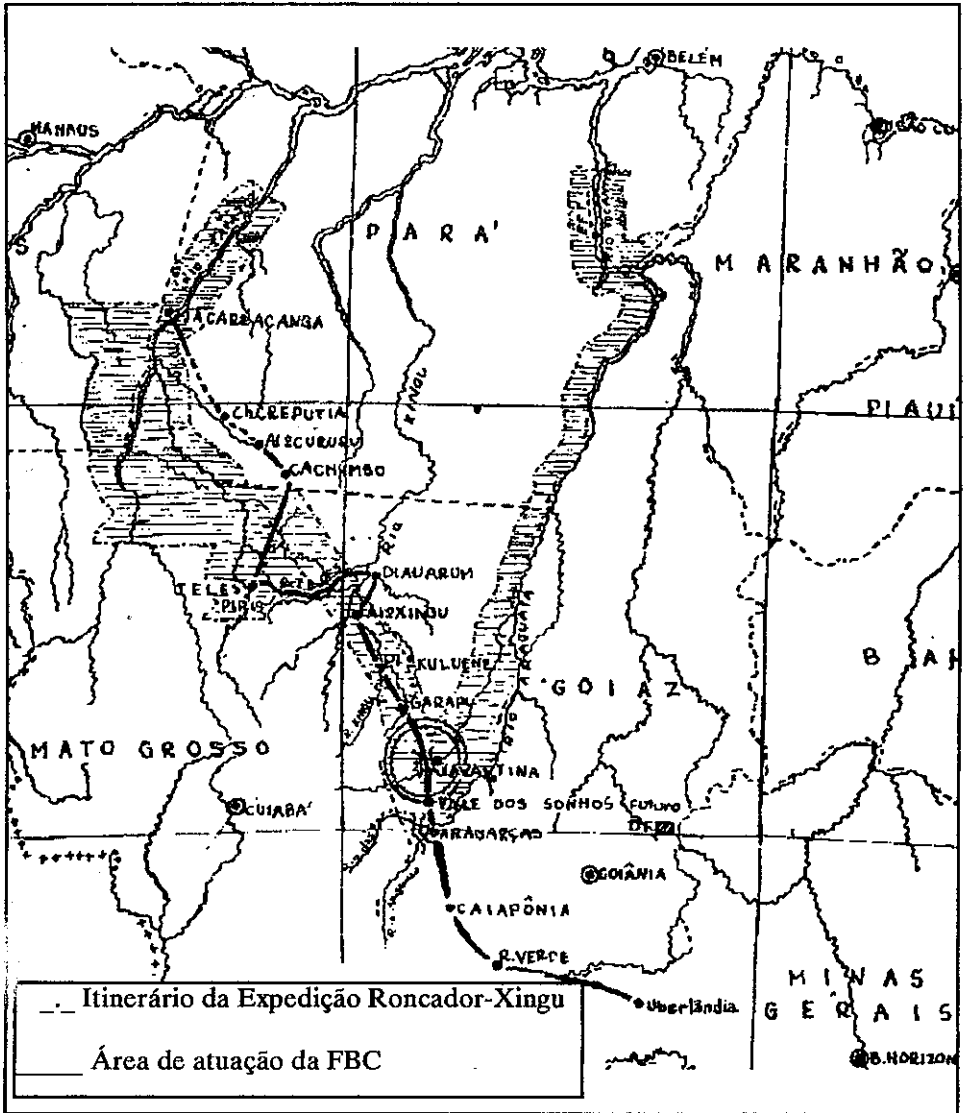
Como solução ao problema, formou-se um segundo grupo, conhecido como "2º escalão", com o objetivo de reforçar os efetivos da expedição. Esse grupo, composto de 30 pessoas tinha entre seus integrantes, os irmãos Villas-Boas que ocuparão relevante papel nos trabalhos de "pacificação" dos grupos indígenas do alto Xingu. Com efeito, com o passar do tempo, a grande imprensa transformou esses jovens paulistas em heróis nacionais, em "bandeirantes" modernos. Tal como na antiga bandeira, eram paulistas, os modernos desbravadores do sertão.

"...durante dezoito anos Leonardo Villas-Boas enfrentou a selva com todos os seus perigos, procurando pacificar tribos indígenas, abrir campos de pouso para a Força Aérea Brasileira, realizando uma tarefa de verdadeiro Bandeirante" (Jornal Diário da Noite, de 13.12.61).

"Verdadeiros bandeirantes" assim foram tratados pela imprensa brasileira os irmãos Villas-Boas, os chefes da bandeira do Xingu.

"...não são mais os entradistas e bandeirantes de outrora, escravizadores de índio..." (Jornal do Comércio, de 10.12.61).

Leandro Mendes Rocha. A Marcha para o oeste e os índios do Xingu



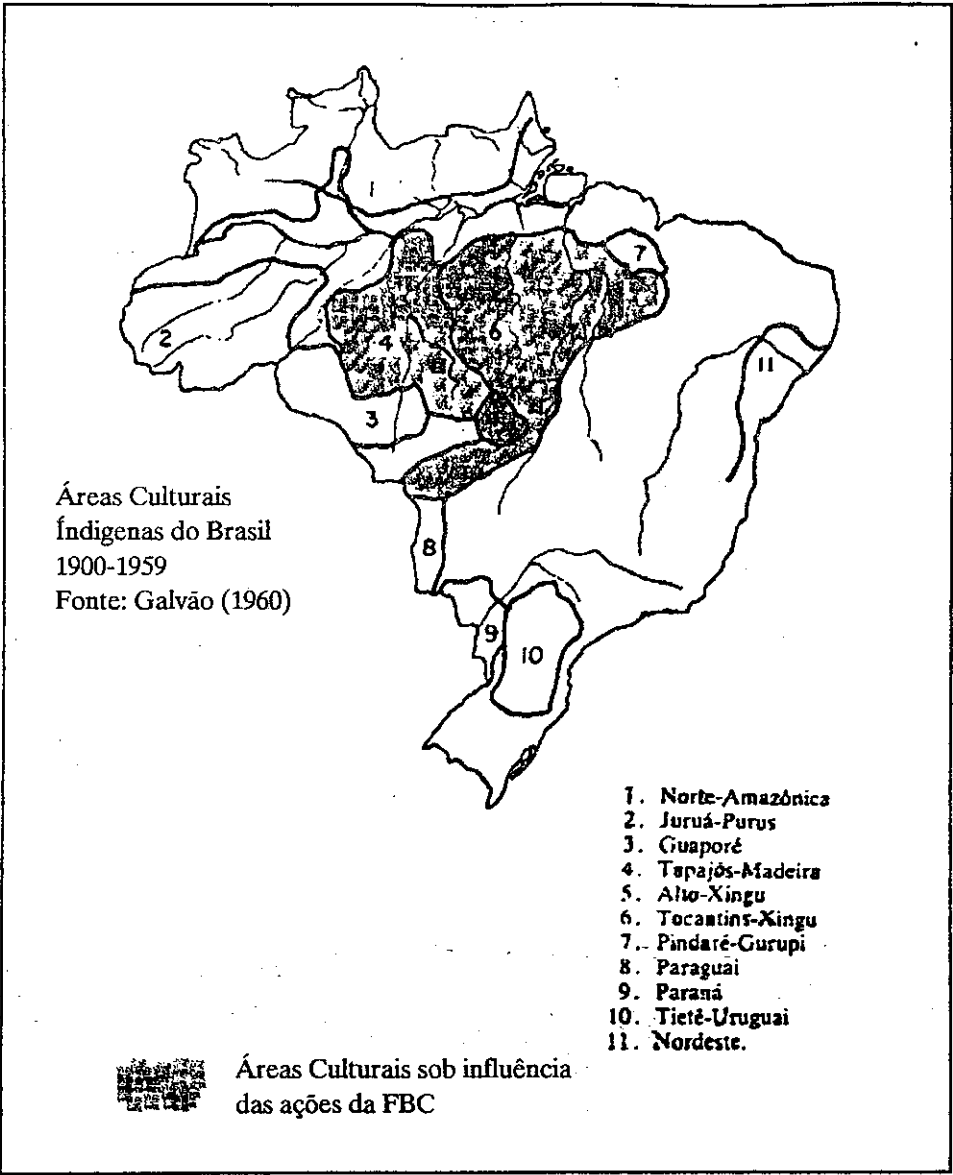
Fonte: Meireles (1960)
Mapa 2

Os anos de 1948 e 1949 foram dedicados aos preparativos para a construção de novos campos de pouso de apoio (o da Serra do Caximbo e o de Jacareacanga). Duas novas expedições foram organizadas: Uma foi entregue à chefia dos irmãos Villas-Boas, tendo como o objetivo penetrar pelo Xingu em direção à Serra do Caximbo/Teles Pires num percurso de mais de quatrocentos quilômetros através de rios e selva até então pouco conhecidos pela "civilização", tratam-se dos territórios tradicionais de vários grupos indígenas que, paralelamente aos trabalhos de construção das pistas, foram "pacificados"; A outra expedição, a cargo do engenheiro Hoepken, utilizando-se de aviões anfíbios (as duas expedições receberam importante apoio da Força Aérea Brasileira, através da utilização de aviões tipo Douglas DC3 e aviões anfíbios "Catalina"), dirigiu-se para a região do Tapajós, onde seria construído o campo de pouso de Jacaré-Acanga. Desta forma a FAB concretizava o plano de estabelecer uma rota estratégica ligando Manaus ao Rio de Janeiro via aérea com campos de pouso de apoio. (ver mapa2) O campo de Jacaré, por exemplo, foi transformado em uma base da FAB em 1954, que ali lotou um pequeno destacamento com 8 militares e 10 civis. Na base de Jacaré, foram construídas casas de madeira, galpões e uma pequena enfermaria. A manutenção era feita semanalmente pelo Correio Aéreo Nacional/FAB. Pela sua localização, Jacaré tornou-se uma das agências de contato com os índios no Xingu, embora houvesse um acordo informal com os Villas-Boas objetivando evitar possíveis interferências nos trabalhos realizados pelos Postos Indígenas do SPI/FBC.

Para os trabalhos juntos aos índios, a FBC, em colaboração com o SPI, instala dois Postos Indígenas. Inicialmente, instalou o Posto Indígena Capitão Vasconcelos (atual Leonardo Vilas-Boas) no rio Tautuari, ao sul; e, em 1948, o Posto Diauarum, mais ao norte.

2.2 A área de Atuação da ERX/FBC (os índios)

A área de atuação da ERX/FBC como vimos anteriormente, é bastante vasta incluindo os territórios tradicionais de vários grupos tribais, que correspondem às áreas culturais Tocantins-Xingu, Tapajós-Madeira e Alto Xingu. GALVÃO (1978, P.206) (ver mapa 3)



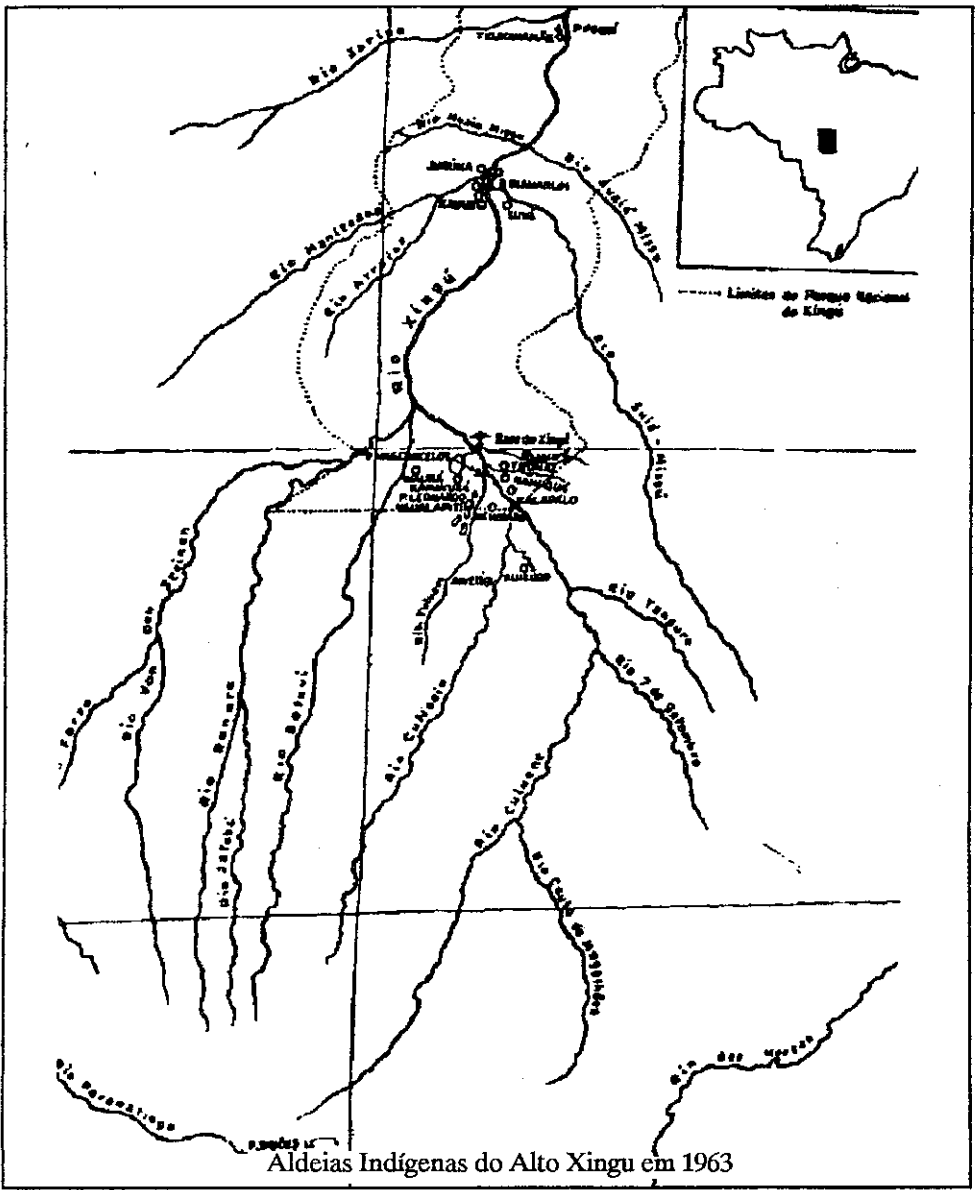
Mapa 3

Leandro Mendes Rocha. A Marcha para o oeste e os índios do Xingu

Quanto aos índios, nos interessa mais de perto uma região específica, a dos formadores do Xingu, que situa-se ao norte do estado do Mato Grosso, em uma região de transição entre o planalto central e a amazônia, onde predominam as florestas entrecortadas por lagos e campos. A região é cortada pelo rio Xingu, seus formadores e principais afluentes: Culune, Ronuro, Suiá-Missu, Miritisáua-Missu, Uáia-Missu e Jarina.. Esta região caracteriza-se por ser uma transição de vegetação de tipo cerrado - para uma vegetação de tipo florestal amazônico. O revestimento florestal torna-se mais denso nas margens próximas dos rios e lagos (matas de galerias). O clima é quente e úmido, com alternância de estação chuvosa - de novembro a abril - e estação seca - de maio a outubro. A temperatura que durante o dia é bastante elevada, sofre uma acentuada queda durante a noite.

A área do alto Xingu, pode ser delimitada ao sul pelas nascentes do rio Batovi, ao norte pela confluência dos rios que formam o Xingu e a leste e oeste pelas margens dos rios Batovi e Culune. Esta área foi denominada por Galvão (1978; p.36) de "área de Uluri"⁷, tendo em vista ser este elemento utilizado pelos Bakari (karib), Kalapalo (karib), Kuikuro (karib), Nahukwa (karib), Mehinaku (aruak), Waura (aruak), Iawalapiti (aruak) Auety (tupi), Kamaiura (tupi), Traumai, Aipstsé e Matipuhy. Segundo este autor, devem ser incluídos como marginais à área, os Suyá (je), os Kayabi e os Juruna (tupi) e os Txukahamãe (Je). A população do Xingu foi orçada em aproximadamente 700 a 800 indivíduos, segundo dados de Lima (1955), do Museu Nacional, que realizou viagens de pesquisa no local entre 1947-1950. Esses dados, se comparados àqueles levantados por Steinen (1942), que havia estimado a população em 2500 indivíduos quando de sua viagem à região em fins do sec. XIX, atestam uma sensível baixa populacional devido aos contatos com os brancos.(ver mapa 4).

7. Uluri é uma tanga triangular utilizada pelos índios da região xinguana. Os principais traços que caracterizam a área do uluri são: 1- habitação oval sem distinção entre tetos e paredes; 2 - disposição circular das aldeias; 3 - gaiola cônica para abrigar o gavião-real; 4 - participação dos diversos grupos em ritos comuns; 5 - técnicas de plantio e cultivo de plantas com o uso intensivo da mandioca; 6 - frequentes e intensos contatos intertribais GALVÃO (1978; p. 36).



Aldeias Indígenas do Alto Xingu em 1963

Fonte: Galvão e Simões (1966)

Mapa 4

Embora a principal característica do alto Xingu seja o isolamento dos grupos tribais, em relação aos brancos, é falsa, entretanto, a idéia de que tais grupos, à época dos contatos com a ERX, encontravam-se "puros" (em relação à influência externa). Na verdade, trata-se de uma "região de refúgio". Nesta região, grupos de origem diversa se influenciaram mutuamente, incorporando também elementos da cultura branca, adquiridos através das relações com outras tribos, que habitam das regiões mais externas da área, e cujo contato com a sociedade envolvente já era antigo, como no caso dos Bakairi.

É constituída de inúmeras tribos das mais diversas filiações lingüísticas e, cuja cultura, por longo processo de ambientação e amalgamento, se tornou uniforme em seus aspectos essenciais, sobretudo aqueles que dizem respeito às técnicas que asseguram a subsistência, artefatos e a algumas instituições religiosas e sociais". GALVÃO (1978, 75).

3. Consequências da Marcha para os índios Alto Xingu

Os contatos da ERX com as populações do alto Xingu se deram inicialmente de forma irregular e esporádica, exceto com os Kalapalo, cuja aldeia, no rio Culuene, se situava ao lado de uma pista de pouso construída pela Expedição; e, os Kamaiurá e os Juruna, cujas aldeias se localizavam em regiões próximas à área de atuação da expedição. Os Kamaiurá possuíam uma única aldeia, por eles denominada Tiwatiwari que havia sido construída a pouco tempo, situada na margem esquerda do rio Culuene, a três horas de distância, em barco a motor, de um acampamento da ERX. GALVÃO (1978, p.18). Provavelmente, devido ao recrudescimento do contato com os brancos representados pelos membros da ERX, os Kamaiurá, vítimas de epidemias de gripe, haviam sido obrigados a deixar a antiga aldeia, às margens da lagoa de Ipavu, para estabelecer no novo local. Os Juruna, totalizando 37 pessoas, localizavam-se, em 1950, próximo ao acampamento de Diauarum, da ERX. Diauarum situava-se abaixo da

foz do rio Suyá-Missu. Segundo Galvão (1966), até o estabelecimento do acampamento da ERX/FBC (1948), os juruna viviam em hostilidade com os demais grupos. Com o estabelecimento dos contatos, os responsáveis pelas questões indígenas, os Villas-Boas, intercederam junto aos mesmos, fazendo cessar as hostilidades.

As demais aldeias encontravam-se fora da rota de penetração e as relações se deram aos poucos, devido aos propósitos dos irmãos Villas-Boas de evitar qualquer interferência direta. No início, as influências mais marcantes deram-se através da introdução de utilidades como ferramentas, roupas, rapaduras que eram repassadas às demais tribos por meio do "circuito tribal tradicional".

Mais especificamente ligados a influência da ERX, temos o recrudescimento de doenças e surtos epidêmicos provocados pelos contatos dos seus membros com as populações tribais da região. A julgar pelas informações de Galvão (1966), em consequência dos contatos com a ERX, as populações xinguanas sofreram grandes baixas. Os Kalapalo, cuja aldeia era a mais próxima do acampamento da ERX, sofreram um surto de gripe em 1946, que vitimou 28 índios, em apenas duas semanas (em uma população de apenas 180 indivíduos). Em 1950, foi registrado novo surto de gripe que, mesmo com a utilização de medicamentos modernos como a penicilina, causou a morte de 12 índios dos grupos Kalapalo e Kamaiurá. Outros surtos epidêmicos, inclusive de sarampo, chegaram a por em risco a sobrevivência física dos índios xinguanos. A situação médico-sanitária dos índios xinguanos só foi posta sob controle a partir dos anos 60, quando registrou-se uma baixa sensível na taxa de mortalidade destes grupos.

3.1. A Criação do Parque Indígena do Xingu e os interesses regionais

Embora a marcha tenha representado uma primeira tentativa do "Estado brasileiro" em estabelecer uma política mais arrojada para o campo, as condições concretas ainda não permitiam uma intervenção de maior amplitude. Os recursos que o Estado dispunha eram ainda poucos, e muitas das medidas anunciadas não chegaram a se concretizar.

"Apesar de toda a retórica a respeito da fronteira, não parece que Vargas imaginasse a "Marcha para o Oeste" como um movimento massivo que ocuparia e desenvolveria metade do país em um curto período de tempo. De certa maneira ainda se tratava da política de novos rótulos em velhas garrafas, mesmo que as velhas garrafas não representassem o imobilismo, visto que um certo movimento de fronteira estava se dando "espontaneamente". Quando falava em termos concretos, Vargas parecia ter em mente, em termos de política governamental, sobretudo as "medidas elementares", tais como saneamento, educação e transporte, que constituiriam os pré-requisitos e o suporte para a ocupação. Os recursos que o Estado brasileiro tinha a seu dispor na época eram relativamente poucos... de certa maneira a retórica por vezes não refletia a política estatal, mas era ela mesma parte dessa política, como um substituto de medidas concretas".
VELHO (1976, p.150).

A atuação do Estado no centro-oeste, sem dúvida facilitou um processo espontâneo que ocorria, o processo de migração de extensos contingentes populacionais para a região. Mais facilmente ligado aos centros dinâmicos da economia, o Centro-Oeste conhece grandes mudanças: construção ou extensão de estradas de ferro (Estrada de Ferro Tocantins), construção de uma nova capital para o estado de Goiás (Goiânia), construção da nova capital (Brasília) e, simultaneamente, diversas estradas construídas, ligando a nova capital aos principais centros urbanos do país. Dentre estas novas estradas, destaca-se a "Belém-Brasília", uma rodovia de 2.100 quilômetros, ligando Brasília a Belém, no Pará. A situação do Centro-Oeste nos anos 40/50, pode ser assim resumida:

"Por fim, ao longo dos anos 40 e 50, uma corrente contínua de migrantes começou a se deslocar para a região central do Brasil. Em 1949, surgiam relatos dando conta de que milhares de pioneiros migravam para as áreas selvagens em torno dos rios Tocantins e Alto Xingu. Vinte seis vôos regulares chegavam toda a semana à cidade pioneira de Anápolis, Goiás... .DAVIS (1978, p.54)..

Em 1954, em Memorial dirigido ao Presidente da República, o então Diretor do SPI, José Maria Gama Malcher chamava a atenção para o resultado

da ação conjunta levada à cabo pela Força Aérea Brasileira, Serviço de Proteção aos Índios e Fundação Brasil Central, na região do Xingu.

"Ao mesmo tempo que esta atividade de desbravamento se apresentava como uma obra positiva, sem a qual se tornaria impossível a integração do Brasil Centro-Oeste à estrutura sócio-econômica nacional, ela vinha constituir-se em séria ameaça à sobrevivência dos índios habitantes daquela região. MALCHER. (Memorial datado de novembro de 1954, endereçado ao Sr. Presidente da República).

Com efeito, a ação federal na região descortinou a especuladores fundiários, a possibilidade de incorporar grandes áreas territoriais aos seus domínios. O Xingu, até então praticamente não penetrado por frentes de expansão, tornava-se uma área atraente.

Tão logo iniciaram-se os contatos com as tribos do Xingu, formou-se um movimento de setores do SPI, Força Aérea Brasileira e Comunidade Científica, no sentido de assegurar aos índios da região, suas terras através da criação de uma Reserva. Ao tomar consciência das conseqüências dos primeiros contatos para os índios do Xingu, os irmãos Villas-Boas reavaliam a política indigenista adotada na região e passam a defender, juntamente com setores da intelectualidade brasileira, uma "integração lenta" dos índios na sociedade. Segundo essa postura, o governo deveria adotar um programa de ação que garantisse aos índios seus modos de vida tradicionais, um programa efetivo de assistência médica - que proporcionasse aos mesmos a defesa necessária contra as doenças típicas dos primeiros contatos - e o estabelecimento de reservas com o objetivo de assegurar a proteção das populações indígenas preparando-as, gradativamente para o contato e a "integração na sociedade". Em 1952, o então vice-Presidente do Brasil, em resposta às pressões e à campanha lançada pela imprensa nos grandes centros urbanos, convoca uma comissão de "experts" com a participação, entre outros, de Orlando Villas-Bôas e Darcy Ribeiro, objetivando debater a questão do Alto Xingu. Os resultados dos trabalhos desta comissão, foi a apresentação de uma proposta recomendando ao governo a criação do Parque Nacional do Xingu. Como conseqüência, foi elaborado um projeto de lei que foi enviado ao Congresso Nacional em 1953. Na justificativa do executivo ao projeto de Lei, a comissão destacou que:

O que melhor caracteriza as populações do Xingu, por um lado, seu mosaico linguístico já que naquela região são falados dialetos de algumas das principais famílias linguísticas da América do Sul e, por outro lado, sua unidade social, tantas vezes salientadas pelos antropólogos, o que se manifesta na uniformidade cultural e nas variadas formas de relações intertribais, que estabelecem.

Esta conformidade cultural das populações xinguanas impõe um modo particular de observar seus problemas: a necessidade de encará-los em seu conjunto, principalmente no que respeita a atribuição de territórios tribais. Fraccionar a região que hoje ocupam coletivamente, em territórios particulares, isolados por faixas que seriam ocupadas mais tarde por estranhos, seria destruída uma das bases do sistema adaptativo daqueles índios e condená-los ao aniquilamento. Qualquer tipo de colonização que resulte na localização de agentes de nossa sociedade entre os territórios tribais xinguanos, tornar-se-ia impossível controle dos contactos daqueles índios com civilizados e determinará o seu extermínio.

A mesma visão de conjunto é indispensável ao planejamento da assistência social que lhes deve ser prestada. Os males que mais sofrem são comuns a todos, decorrem do contacto maciço que lhes foi imposto com nossa sociedade, para o qual não estavam preparados. Somente um serviço assistencial conjunto, capaz de estabelecer um sistema comum de controle e vigilância, poderia: 1) preparar aqueles silvícolas biologicamente e culturalmente para enfrentar este contacto; 2) assistir seu desenvolvimento cultural, suavizando os atritos e pressões, de modo a permitir que sua evolução econômica se processe em ritmo natural, a salvo de mudanças bruscas, que poderiam ter consequências fatais; 3) e, deste modo, assegurar as condições necessárias para preservar o sistema de adaptação ecológica desenvolvido numa experiência milenar e que constitui um patrimônio inestimável.

Ao lado de sua realidade humana a região dos formadores do Xingu apresenta outros aspectos que devem ser levados em consideração em qualquer plano de parvoitamento; dentre eles sobrepõe o interesse científico, que oferecem sua flora e sua fauna intocadas até agora, que se conservam em toda a exuberância num país que vem sendo

descaracterizado da forma mais violenta pela destruição mais sistemática de suas feições naturais por uma economia eivada de improvisações e de imprevidências. (Justificativa do Anteprojeto de Lei que Cria o Parque Nacional do Xingu Apud MENDES; 1988, 111 e 112).

Adiante o projeto apresenta aquela característica que consideramos como pioneira no Brasil, no que diz respeito ao fato de proporcionar aos índios uma faixa territorial que garantisse a sua sobrevivência cultural, e não como costumava fazer o SPI, garantir simples lotes sem condições de prover a área mínima necessária à reprodução da cultura indígena em todos os seus aspectos.

"A extensão da área a ser reservada deve prever não apenas o território atual e efetivamente ocupado pelas tribos indígenas, o que lhes é garantido pela Constituição Federal, que em seu artigo 216, estatui: Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se acham permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem. Mas, também, as faixas de terras intermediárias que circundam os territórios ocupados. Só por este meio se poderá facilitar ao Serviço de Proteção aos Índios a incorporação dos silvícolas à comunhão nacional. (Const. Fed. art. 5, letra r), sem o prejuízo de influências estranhas e danosas. Justificativa ao Anteprojeto de Lei que Cria o Parque Nacional do Xingu Apud MENDES (1988, p.112).

Paralelamente, iniciou-se um movimento no sentido de anular, na prática, a criação da reserva (Parque).

3.1.1 O problema da Terra

A pretexto de estabelecer uma política de colonização, o Departamento de Colonização do estado do Mato Grosso vendeu as terras onde se pretendia criar o futuro Parque do Xingu. Esse processo se deu de duas maneiras: a- reservando vastas áreas para fins de colonização, posteriormente repassando-as a companhias particulares para loteamento e venda com grandes lucros; e, b- vendendo diretamente a requerentes, áreas que não ultrapassavam 10

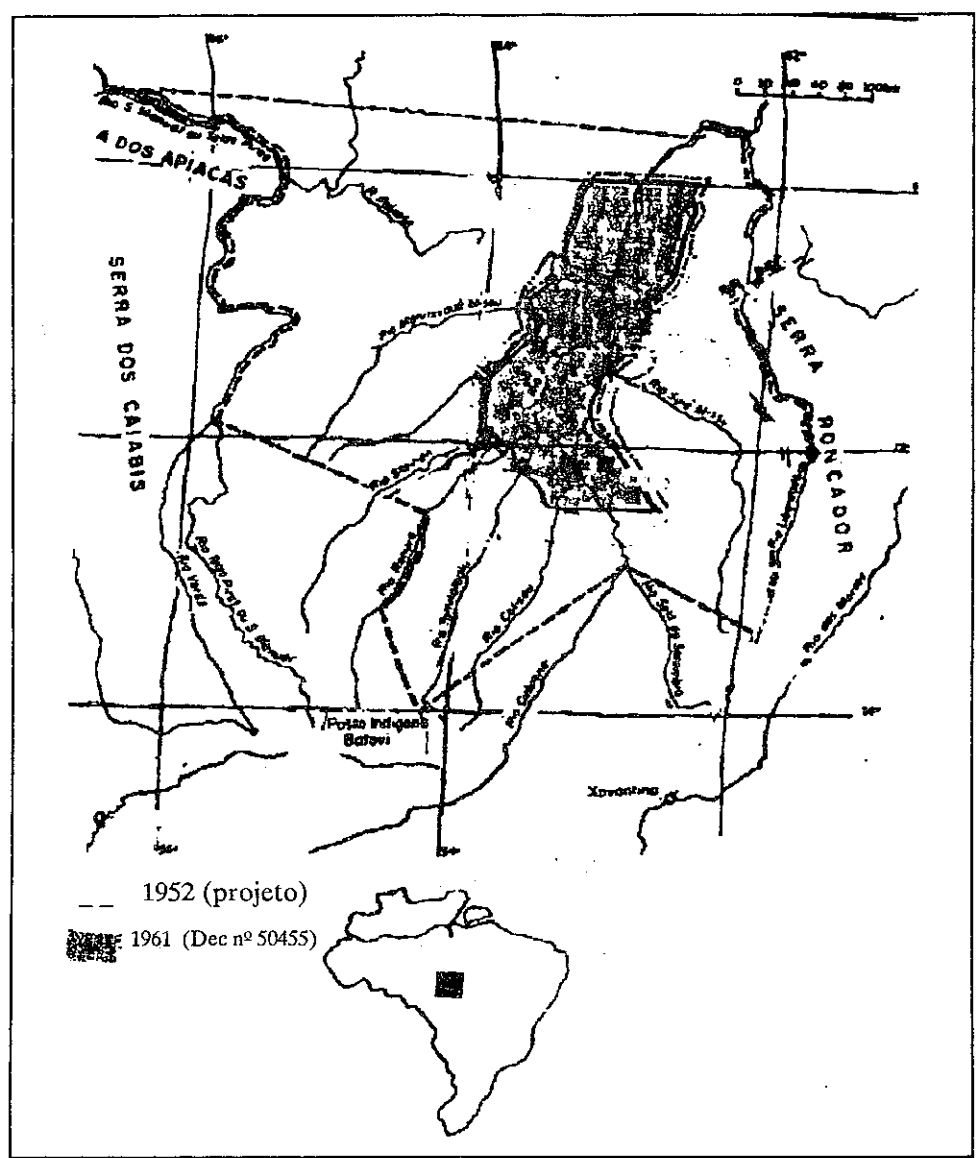
Leandro Mendes Rocha. A Marcha para o oeste e os índios do Xingu

mil hectares mas que, por sua contiguidade, acabavam formando áreas bem mais extensas, contrariando dessa forma, dispositivo da Constituição de 1946, que proibia a entrega de glebas de mais de 10 mil hectares a particulares sem a prévia autorização do Senado Federal. Assim, o referido Departamento inicia a entrega de glebas a companhias particulares de colonização, em flagrante desrespeito ao dispositivo constitucional que garantia aos índios a posse efetiva de suas terras (Art. 216 da Constituição de 1946). Desta forma, o governo federal encontraria uma situação já estabelecida, tornando praticamente impossível a efetivação do mesmo, tendo em vista o montante das indenizações a serem pagas aos novos "proprietários" das terras. A justificativa do governo do Mato Grosso, era a que se tratavam de áreas para colonização, e que, para este fim, seriam concedidas a empresas particulares de colonização que revenderiam as terras em lotes a pequenos e médios agricultores. Com este artifício, foram entregues lotes de até 200 mil hectares a 18 companhias das quais 5 operavam na área do futuro Parque do Xingu. Desta forma, foi alienada 1/3 da área que seria destinada ao Parque. **MEMORIAL encaminhado ao Sr. Presidente da República, Dr. João Café Filho, pelo Diretor do SPI, Sr. José Maria da Gama Malcher, em novembro de 1954.**

O então Ministro da agricultura, em informação encaminhada ao Senado Federal, afirmava que:

"Enquanto o projeto corria os seus trâmites normais, começou a processar-se um movimento capaz de anular-lhe os efeitos caso ele fosse aprovado. Pretendendo realizar uma política colonizadora, o Departamento de Terras e Colonização do Mato Grosso, iniciou a venda de terras não só por todo o Estado, como, particularmente, na área pertencente ao futuro parque. Assim, criado este, o governo federal iria defrontar-se com uma situação de fato: ou desistiria da execução ou seria obrigado a indenizar, por preço altíssimo, os possíveis compradores daquelas terras". (Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 14.06.55., pag. 1392).

Paralelamente o estado do Mato Grosso -aliado aos interesse latifundiários- iniciou uma ofensiva contra o governo federal no Congresso Nacional. O governador do estado, em nota oficial, afirma sua posição contrária à proposta do executivo de criar um parque com área de 200.000 Km², considerada excessivamente grande.



Mapa 5

O governo estadual é favorável à criação do Parque Indígena do Xingu, nunca porém com a área que se lhe pretende dar, de 200000 Km2, comparável à do Estado do Paraná, para abrigar apenas 3000 (tres mil) índios, segundo os cálculos do missionário e cientista padre Colbachinni, profundo conhecedor das tribos indígenas da região (Diário do Congresso Nacional de 7.07.55., Seção II. pag. 1650).

Posição idêntica tomaram alguns membros da bancada do Mato Grosso no Congresso Nacional, como o senador João Villas Bôas.

Não sei por que, Sr. Presidente, se teima a se insistir na criação desse Parque dentro do Mato Grosso. A União tem os Territórios do Guaporé, Amapá e Rio Branco, nos quais será fácil ao governo Federal -que os administra- criar Parque dessa natureza...(Diário do Congresso Nacional de 4.11.55., pag.2648).

O senador João Villas Bôas, apresentou emenda ao projeto de Lei limitando a área da reserva a 20000Km2.

"Assim, em referência ao Art. 1, estabeleço, desde logo, a area a ser demarcada dentro das zonas nele discriminadas. Proponho a inclusão do seguinte parágrafo único. Área total destinada ao Parque do Xingu, não poderá exceder a vinte mil quilômetros quadrados.

Dou assim, uma área mais de duas vezes superior à do Distrito Federal para, aproximadamente, os quatro mil índios daquela região...(Diário do Congresso Nacional, Seção II de 29.10.55.,pag.2647).

O escandalo causado pela concessão de terras a particulares pelo governo do Mato Grosso, em desrespeito às normas constitucionais, fez com que fosse instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquerito -CPI (Resolução No 10 de 1955), que concluiu pela necessidade de serem tomadas medidas judiciais para anulação dos atos praticados. Contudo, nada foi feito nesse sentido.

Por outro lado, tendo em vista a intensa campanha movida junto à grande imprensa, assim como uma enérgica reação de setores do governo federal, incluindo CNPI/SPI, a manobra do governo do Mato Grosso foi em parte abortada e o Parque acabou sendo criado, 9 anos depois (1961), com uma área

bem menor do que aquela prevista na proposta inicial de 1952⁸. (ver mapa 5) O governo central preferiu compor com os interesses regionais e, através dessa redução, encontrar um ponto de equilíbrio entre os interesses em jogo, em detrimento dos índios, naturalmente. As condições para a criação do Parque estavam presentes. Com efeito, o populismo com o nacional-desenvolvimento garantia a ideologia que justificaria a criação de um sistema nacional de parques com o objetivo de proteger o patrimônio natural do país, e o Parque Nacional do Xingu foi inserido nesse sistema de parques.

3.2 O Parque

O Parque Nacional do Xingu foi criado pelo governo brasileiro em 1961 com uma área aproximada de 21.600 Km .

Administrativamente, o Parque era autônomo em relação ao SPI e à FBC. Seu administrador, escolhido de uma lista elaborada pela FBC e SPI, era subordinado diretamente à Presidência da República.

Ao criar o Parque, os objetivos do Estado eram: 1 - o estabelecimento de uma reserva natural de fauna e flora; e 2 - a proteção aos diversos grupos tribais do alto xingu, assegurando- lhes assistência, defesa contra os contatos prematuros com as frentes de expansão e a posse e o usufruto das terras.

É interessante observar que à época da criação do Parque Nacional do Xingu, os xavante - grupo pacificado em 46, como resultado da ação conjunta SPI/FBC -viam suas terras serem invadidas por latifundiários capitalistas. O

8. Embora o Parque do Xingu tenha sido criado, a batalha judicial entre os pretensos proprietários, governo estadual e o governo federal, permaneceu mais tempo, só tendo sido solucionada a favor do governo federal em 1988. Ver MENDES (1988).

Parque serviu desta forma, como um elemento de "propaganda" da política indigenista brasileira, pois o mesmo Estado cedia aos interesses econômicos, de forma clara, em outras regiões, como em Barra do Garças-MT (xavante). O Parque amainava as pressões e críticas contra a política indigenista brasileira, ocultando simultaneamente, a dura realidade de povos vizinhos.

De qualquer forma, podemos afirmar que a criação do Parque Nacional do Xingu, possibilitou ao Estado brasileiro, a implementação de medidas protecionistas tais como: 1 - a preservação física dos grupos tribais; 2 - a manutenção dos tradicionais modos de vidas dos índios; 3 - garantia da posse de suas terras.

Para a efetivação dessas medidas o Estado estabeleceu uma série de ações relacionadas ao controle dos contatos entre os índios e os civilizados. O resultado, é que o contato passou a dar-se de forma seletiva, levando os índios a conhecerem a sociedade brasileira de forma parcial. Esta, passa a ser representada pelo Posto Indígena, pesquisadores, repórteres, etc., contribuindo para que os índios ficassem expostos a duas influências divergentes: 1 - O Parque, controlando a região, o processo de mudança e estimulando as instituições tribais; 2 - os demais civilizados que, ao exibirem as riquezas da sociedade industrial, incentiva-os a consumos cada vez mais altos. **JUNQUEIRA (1979, p.22).**

Para garantir seus objetivos, o Parque com o indispensável apoio logístico Força Aérea Brasileira, realiza, através dos Postos Indígenas Leonardo e Diauarum, atividades como: policiamento, para garantir a inviolabilidade do território; assistência médico-sanitária; introdução de produtos agrícolas e técnicas de trabalho; controle da entrada de pessoas; doação de produtos industrializados.

Para conhecermos alguns aspectos da ação concreta do Estado na região, nos valem ainda dos estudos de Junqueira (1979) sobre os índios Kamaiurá, assistidos pelo Posto Indígena Leonardo Villas-Boas. O Posto Indígena Leonardo assumiu o principal papel na distribuição de instrumentos de produção dos índios em relação aos artigos civilizados e, conseqüentemente, a diminuição da importância das relações econômicas entre os diversos grupos do xingu. Outro aspecto ressaltado por Junqueira, é a coexistência de valores divulgados pelo Posto juntamente com os valores indígenas.

"Sem se chocar com suas preferências éticas tradicionais, os índios mantêm, paralelamente, outro quadro de valores. O "bom" e o "certo" são manipulados, tanto no universo puramente nativo como em relação às preferências do posto. Dependendo do contexto em que se encontra o índio, situações como "ir ao Posto da FAB", "ter relações sexuais com civilizados", desentender-se com índios de outros grupos", etc., são certos ou não. É interessante notar que essa dualidade de valores não causa necessariamente conflitos. Os dois quadros são paralelos e, portanto, não- exclusivos. Importante é não confundir os planos de referência: aquele para uso próprio e este para assegurar o bom relacionamento com o Posto. Todavia isso parece indicar um gradativo processo de ajustamento e mudança cultural". JUNQUEIRA (1979, p.19).

Junqueira ressalta que essa subordinação econômica é de certa forma uma necessidade que o Posto tem para concretizar sua política protecionista. Através da subordinação, o Posto garante o poder de influência sobre o comportamento do grupo que se evidencia através de diversas proibições ou restrições.

"Encabeçando a lista, está a proibição de relações sexuais entre índio e civilizado. Não pode o índio deixar o território do Parque; a visita de mulheres índias à Base da FAB, embora não chegue a ser proibida expressamente, é fortemente desaconselhada. Entende o parque que a presença de civilizados, geralmente trabalhadores rurais ligados à Base, é uma constante ameaça potencial à sanidade física da mulher e à sua intergridade moral. Aconselha-se o índio a não furtar, a conservar a pista de pouso da aldeia, enfim, a observar uma série de pequenas regras relativas ao seu relacionamento com civilizados e outros índios. É um código não escrito a que eles se submetem... JUNQUEIRA (1979, p.21).

Em que se pese as mudanças consequentes da ação indigenista na região do xingu, através das atividades dos Postos Indígenas, Junqueira constatou que tais mudanças não haviam provocado, até então (1967), efeitos desintegrativos.

"O mesmo acontece com as mudanças estruturais advindas do deslocamento do foco do poder, que não acarretaram desorganização do grupo atingido. Deve-se isso ao fato de as relações de produção, que servem de base à formação econômico-social Kamaiurá, terem sido preservados, ainda que a estrutura econômica, como um todo, só pudesse se manter através dos vínculos de subordinação à sociedade nacional" JUNQUEIRA (1979,p.21).

4. Conclusões

Mais do que sublinhar o caráter mítico da Marcha - enquanto justificação e legitimação do autoritarismo estatal - ou caráter retórico da proclamação - de um Estado pouco propenso a medidas administrativas concretas - tentamos neste artigo, ressaltar o caráter mobilizador da proposta, apresentando a Marcha como um significativo discurso de arregimentação e engajamento que exerceu considerável influência na política indigenista brasileira nas regiões centrais do país.

A Marcha efetivou, dentro das condições objetivas permitidas pelo país na época, realizações concretas que mexeram com interesses definidos de grupos sociais e pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, com a empreitada colonizadora do Estado. Nenhuma outra criação do Estado Novo objetivou de forma mais clara a Marcha para o Oeste, do que a Expedição Roncador Xingu e o posterior desempenho da Fundação Brasil Central. Foi através destas realizações, que o Estado fez o país sentir-se marchando para o Oeste, um sinal de identificação entre o regime e sua criação. Foi também através destas realizações que fez-se o contato com diversos grupos tribais da região central do país e, criou-se o Parque Nacional do Xingu, sob forte oposição do governo do Mato Grosso e dos proprietários rurais.

Não foi por acaso, que a Expedição Roncador-Xingu - essa bandeira moderna - partiu de São Paulo refazendo simbolicamente, o caminho trilhado pelos bandeirantes paulistas, em seu movimento de conquista e civilização. Assim como as antigas bandeiras partiam da região "civilizada", em

direção ao interior "selvagem", a bandeira moderna também sai de São Paulo para domar o interior, integrando o Brasil-Central à modernidade. Se São Paulo do sec. XVIII, representava um dos centros de irradiação da cultura branca, ocidental; nos anos 40, é São Paulo capitalista, centro do capitalismo industrial que se expande, é o próprio capitalismo que se apropria de forma mítica da bandeira, para justificar sua "interiorização", talvez antecipando através da retórica do Estado de Colaboração Nacional, em alguns decênios, a processos que se tornariam comuns a partir dos anos 60/70 (transamazônica, projeto Carajás, etc.).

Concebido como uma inovação na forma de ação indigenista, o Parque Xingu foi um avanço para o tipo de trabalho indigenista que até então se fazia. O Parque do Xingu representou uma das raras vezes em que o Estado reservou, durante a existência do SPI (1910/1967), uma área realmente ampla, mais próxima do conceito de território, levando em conta aspectos da cultura tribal como área de caça, área de perambulação, etc; em contraposição as exíguas áreas reservadas pelo SPI e que propiciavam, na maioria das vezes, apenas a constituição de reserva de mão-de-obra para as regiões próximas, como é o caso, por exemplo, das reservas Terena, no mato Grosso do Sul. Sob o ponto de vista da proteção, a criação do Parque foi também um sucesso pois de certa forma garantiu a sobrevivência dos grupos xinguanos. A área de aproximados 21000 km², significou também um recuo do governo central ante a oposição do governo local aliado dos grandes proprietários rurais e capitalistas. Para o Estado brasileiro, o Parque do Xingu tornou-se, a partir dos anos 60, um excelente instrumento de propaganda, uma espécie de "vitrine do indigenismo oficial", encobrendo uma realidade não tão bonita que corria nas demais regiões do país. O Xingu foi usado como exemplo de uma política eficaz de proteção aos índios e apresentado em redes de jornal e televisão do mundo inteiro. Autoridades nacionais, internacionais e outras celebridades eram levadas ao Xingu, como convidados oficiais, para conhecerem o "relevante trabalho humanitário" empreendido pelo governo brasileiro através dos novos bandeirantes (os irmãos Villas-Boas) com a ajuda da Força Aérea Brasileira.

Observando a criação do Parque por outro ângulo, os resultados devem ser melhor analisados. Se o Parque garantiu, em um primeiro momento, a não-incorporação rápida dos índios na economia de mercado, não conseguiu, entretanto, evitar outros efeitos. Os índios viram parte de seus territórios tradicionais reduzirem-se e passaram a ser excessivamente controlados pela ação

Leandro Mendes Rocha. A Marcha para o oeste e os índios do Xingu

dos Postos Indígenas que assumem uma série de posturas de caráter paternalista e autoritário, que interfere diretamente nos seus destinos. Os índios viram-se, assim, inseridos em um sistema gerador de grande dependência econômica, face aos "presentes" proporcionados pela ação paternalista dos postos indígenas; um sistema que, pelas "proibições" e recomendações de que nos fala Junqueira, sempre com a justificativa de que se tratavam de medidas necessárias para garantir o seu bem-estar físico e moral, gera também, a interferência na autodeterminação destes povos. Enfim, o preço que os índios pagaram foi o da "proteção" de um Estado paternalista e autoritário, características do populismo então vigente.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Secundárias.

- ANDRADE, R. *Perspective in the study of brasilian populism*. Toronto, Univ. of Glasgow, 1977.
- CARDOSO, F. H. & FALETO, E. *Dependencia e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- CARVALHO, A. V. *Crise política e transformação do Estado: Algumas reflexões sobre o Estado brasileiro (1930-1945)*. Brasília, UnB, 1978.
- CHAUI, M. *Apontamento para crítica da ação integralista brasileira; Ideologia e Mobilização Popular*. CEDE/Paz e Terra, 1978.
- DAVIS, S. *Vítimas do milagre*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- DECCA, E. *1930 o silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- FAUSTO, B. *Revolução de 1930: historiografia e historia*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- FUNDAÇÃO Getulio Vargas - FGV. *A revolução de 30. Seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980*. Brasília, Unb, 1983, 722p
- GALVÃO, E; *Encontro de sociedades. Índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. *Áreas culturais indígenas do Brasil. 1900-1959*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 8: 1-41, jan., 1960.
- _____. *Breve notícia sobre os índios Juruna*. Revista do Museu Paulista, NS. 6: 469-478. São Paulo, 1952.
- _____. *Mudança cultural na região do rio Negro*. Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas I: 313-319, 1955.
- GALVÃO, E & SIMÕES, M. *Mudanças e sobrevivencia no alto Xingu, Brasil Central*. Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo, 14:37-52. São Paulo, 1966.
- GRUNBERG, G. *Contribuições para a etnografia dos Kayabí do Brasil Central*. Trad. Eugênio G. Wenzel, S.N.T (Tese de Doutorado). Universidade de Viena.
- JUNQUEIRA (ver LIMA)
- LENHARO, A. *A marcha para o azul*. Anais do Museu Paulista, 33: 7-16, 1984.

Leandro Mendes Rocha. A Marcha para o oeste e os índios do Xingu

- _____. **Sacralização da política**. Campinas, Paipirus, 1986. 216p.
- _____. **A civilização vai ao campo (sindicalismo e cooperativismo rural a partir da década de 30)**. Anais do Museu Paulista, 34: 7-19, 1985.
- _____. **Estado novo, estado velho -novas direções historiográficas**. Anais do Museu Paulista, 35: 7-13, 1986-1987.
- LIMA, Carmen Sylvia Junqueira de Barros. **Os Kamayura e o Parque Nacional do Xingu**. Rio Claro, 1967.
- _____. **Os índios de Ipavu**. São Paulo, Ática, 1979.
- LIMA, Pedro E. **Os índios Waura; Observações gerais, a cerâmica**. Boletim do Museu Nacional; Antropologia, 9: 1-25, mai., 1950.
- MAYBURY-LEWIS, D. **Akwe-Shavante Society**. New York, Oxford University Press, 1974.
- MEIRELES, S. **Brasil Central: notas e impressões**. Rio de Janeiro, Ministerio da Guerra, 1960.
- MENDES, Gilmar Ferreira. **O domínio da União sobre as terras indígenas; o Parque Nacional do Xingu**. Brasília, Ministerio Publico Federal, 1988. 154p.
- MORAGA, E. **O Estado nas sociedades dependentes; o caso da América Latina**. Lisboa: Presença, São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MENGET, Patrick. **Classification des relations sociales chez les Txicão du haut Xingu (Bresil)**. S.N.T (Tese). Universidade de Paris
- PASSOS DE OLIVEIRA, A. **Roncador-Xingu: Roteiro de uma expedição**. Goiania, 1976.
- RICARDO, C. **O homem cordial e outros pequenos estudos**. brasileiros. Rio de Janeiro. 1954.
- _____. **O indianismo de Gonçalves Dias**. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura. 1964.
- _____. **A marcha para o oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro. José Olimpio, 1942.
- STEINEN, Karl von den. **O Brasil Central**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1942.
- TRONCA, I. **A revolução de 1930: a dominação oculta**. São Paulo, Brasiliense. 1986.
- VELHO, O. G. **Frentes de expansão estrutura agrária. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia**. Rio de Janeiro, Zahar. 1972.
- _____. **Capitalismo autoritário e corporativismo: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo, DIFEL. 1976.
- WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978.

Fontes Primárias

ANTUNES, Savio. Relatório apresentado ao Sr. Ministro João Alberto em 26.10.45. FUNAI/DOC.

Microfilme No. 302.

BRASIL. Constituição. 1934. Constituição do Brasil. Brasília, Fundação Projeto Rondon, 1987.

BRASIL. Constituição, 1937. Constituição do Brasil. Brasília. Fundação Projeto Rondon, 1987.

BRASIL. Constituição. 1946. Constituição do Brasil. Brasília, Fundação Projeto Rondon, 1987.

BRASIL. Coordenação de Mobilização Econômica. Portaria n 77, de junho de 1943. Organiza a Expedição Roncador-Xingu. DOU 4 junho de 1943.

BRASIL. Decreto-Lei No. 5801 de 8 de setembro de 1943. Considera de interesse militar a expedição Roncador-Xingu. DOU de 08.09.43 p 13489.

BRASIL. Decreto-Lei No. 5878 de 4 de outubro de 1943. Autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre seu funcionamento. D.O.U de 6 de outubro de 1943 p.14883.

BRASIL. Decreto No 17274 de 30 de novembro de 1944. Aprova os estatutos da Fundação Brasil Central.

BRASIL. Decreto-Lei No. 7561 de 18.05.45. Dispõe sobre as concessões e cessões de terras devolutas à Fundação Brasil Central.

BRASIL. Decreto No. 21340 de 20.6.46. Modifica a redação de artigos dos Estatutos da Fundação Brasil Central. D.O.U de No. 141 de 22.06.46.

BRASIL. Lei No. 9385 de 20.6.46. Modifica a redação do art 3 do Decreto- Lei No 5878. D.O.U de 22.06.46.

BRASIL. Lei No 401 de 23.09.48. Dispõe sobre contagem de tempo de serviço prestado por oficiais, praças ou funcionários públicos à expedição Roncador-Xingu.

BRASIL. Decreto No 29172 de 19.01.51. Da nova redação ao artigo 1 e ao artigo 3 dos Estatutos aprovados pelo Decreto No 17274, de 30.11.44. DOU de 30.01.51. p 1442.

BRASIL. Decreto No 298356 de 1.08.51 Revoga o Decreto No 29172, 19.01.51.

BRASIL. Lei No 2927 de 33.10.1956. Altera o Decreto-Lei No 5878, que autoriza a instituição da Fundação Brasil Central. DOU de 3.8.51.

BRASIL. Lei n 50.455 de 14 de abril 61. Cria o Parque Nacional do Xingu, no estado de Mato Grosso.

BRASIL. Portaria n 77 da Coordenação de mobilização Econômica de 3.06.43.

C.M.E. Coordenação de Mobilização Econômica. Acampamento à margem do Rio Araguaia - Barra do Rio das Garças, de 7. 9 a 4.12 de 1943. Boletim 1 a 5.

C.M.E. Coordenação de Mobilização Econômica/ F.B.C. Fundação Brasil Central. Acampamento à margem do Rio das Mortes de 24.06.46 a 20.02.46. Boletim 6 a 8.

Diário da Noite de 13.12.61

Escritura de Constituição da Fundação Brasil Central. Lavrada em notas do Tabelião Djalma da Fonseca Hermes, nono Ofício, no Livro Geral No. 464 - fls. 58 em 24.04.44.

Jornal do Comércio de 10.12.61.

MALCHER, J. M. G. Memorial datado de novembro de 1954, endereçada ao Sr. Presidente da República.

PARANHOS, A. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro João Alberto Coordenador de Mobilização Econômica em 22.09.44. Funai/Doc. Microfilme 302

Leandro Mendes Rocha. A Marcha para o oeste e os índios do Xingu

SPI. Serviço de Proteção aos Índios. Relatório Geral de Atividades dos anos de 1939, 1942, 1953, 1954, 1958, 1959 e 1960.



Planejamento Visual: Rogner Luís Vieira
Composição: Divisão de Editoração/DOC/FUNAI
Impressão: Serviço Gráfico/EDIT/DOC/FUNAI

Bibliotecária: Cleide de Albuquerque Moreira

ROCHA, Leandro Mendes

**A Marcha para o oeste e os índios do Xingu. Brasília,
FUNAI, 1992. (Série: Índios do Brasil, 2, 1992).**

CDU: 981

572.95 (81)





Departamento de Documentação - DOC
SEPS-702/902, Bloco A, mezanino
Brasília - DF
70390-025



PUBLICAÇÃO DO DEPARTAMENTO
DE DOCUMENTAÇÃO DA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO